



EDP 2. Territórios em disputa  
**REFORMA AGRÁRIA NOS PAMPAS DO SÉCULO XIX**

Silvio Marcio Montenegro Machado  
IFBaiano – Santa Inês  
Geopraxis - IFBA  
[marciogeoufsc@gmail.com](mailto:marciogeoufsc@gmail.com)

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo resgatar processos de luta pela terra na fronteira Brasil-Uruguai. Resgatam-se duas experiências que fizeram parte da formação do território fronteiriço, a formação da Liga Federal dos Povos Livres e o Código Agrário de 1815, promulgado por Jose Gervásio Artigas e que pode ser considerado como a primeira tentativa de Reforma Agrária na América Latina. Ao fazer tal resgate problematiza-se o discurso da não existência de um campesinato uruguaio, discurso semelhante ao que ocorre no Brasil, e que confere a invisibilidade aqueles que de fato vivem e trabalham a terra produzindo alimentos e não *commodities*. Tais experiências trazem a luz a existência de um agrupamento considerável de pessoas que viviam a margem do acesso à terra na fronteira Brasil-Uruguai no início do século XIX. Porém, esse sujeito camponês não faz parte das narrativas sobre a formação do gaúcho dos pampas, a imagem dos pampas confunde-se com a dos latifúndios, dos caudilhos e criadores de gado, grandes exportadores de carne e couro.

**Palavras-Chave:** Campesinato; Fronteira; Código Agrário; Artigas

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa resgatar uma parte dos processos de luta pela terra e de resistência que estiveram presentes em diversos momentos da história da formação sócio-espacial fronteiriça. É possível citar a resistência dos povos originários, que aqui viviam antes da chegada do europeu, incluindo aí a experiência jesuítica (1610-1768) e a resistência do povo Guarani junto a Sepé Tiarajú nas Guerras Guaraníticas (1750-1756). Importante também, em todo o processo, a caça ao gado e a resistência aos cercamentos dos gaúchos e gaudérios (até então assim denominados pejorativamente pelas elites agrárias da época); o foco principal deste trabalho será a “Liga Federal dos Povos Livres” e o Código Agrário (1815), que tinham em Artigas a sua expressão maior. Não poderíamos deixar de citar igualmente a heroica e trágica luta do povo negro por terra e liberdade em meio a Revolução Farroupilha (1835-45), bem como, mais

recentemente (já na década de 1960), a luta pela terra travada pelos canavieiros de Bella Unión, expressadas na importante figura de Raul Sendic.

A luta pela terra e a resistência na atualidade, não são uma continuidade linear desses processos, porém apresentam-se como frutos dessas sementes de resistência, manifestando-se como a atual expressão do processo histórico de luta pela terra na região.

Os sujeitos que reivindicam o acesso à terra e condições para nela viver e produzir na atualidade, de certa forma, são herdeiros desses processos históricos que marcaram a formação sócio-espacial fronteiriça, tanto pelos fatores simbólicos, quanto pelas condições conjunturais que lhes empurram para um novo enfrentamento contra o poder das elites agrárias locais e contra o latifúndio.

No presente trabalho, aborda-se o Código Agrário de José Gervasio Artigas, promulgado em 1815 em meio a um contexto de guerras por independência e forte influência inglesa sobre os novos Estados Independentes, fato que acabou por destruir a Liga Federal dos Povos Livres e a Reforma Agrária pensada por Artigas. Ao fazê-lo pretende-se trazer à tona a existência de um campesinato fronteiriço que esteve a um passo de conquistar uma Reforma Agrária nos pampas.

## **OBJETIVOS**

Resgatar a história de luta pela terra na fronteira Brasil-Uruguai, por meio da tentativa de formação da Liga Federal dos Povos Livres e da promulgação do Código Agrário de 1815 para revelar a existência de um campesinato fronteiriço que permanece invisibilizado na história da formação territorial do sul do Brasil, norte do Uruguai e nordeste da Argentina.

## **METODOLOGIA**

O trabalho é parte da pesquisa de dissertação concluída em nível de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2014. A discussão a respeito do Código Agrário foi alvo de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Para elaboração deste artigo procuramos fazer uma releitura da experiência de Artigas e relacioná-la com a discussão a respeito do campesinato e sua (res)existência.

## ARTIGAS E O CÓDIGO AGRÁRIO

Inicialmente se faz necessário situar a área de estudo, que compreende porção sul do atual Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte da Argentina (ver figura 1). Bem como situar o contexto em que ocorreu esta experiência.

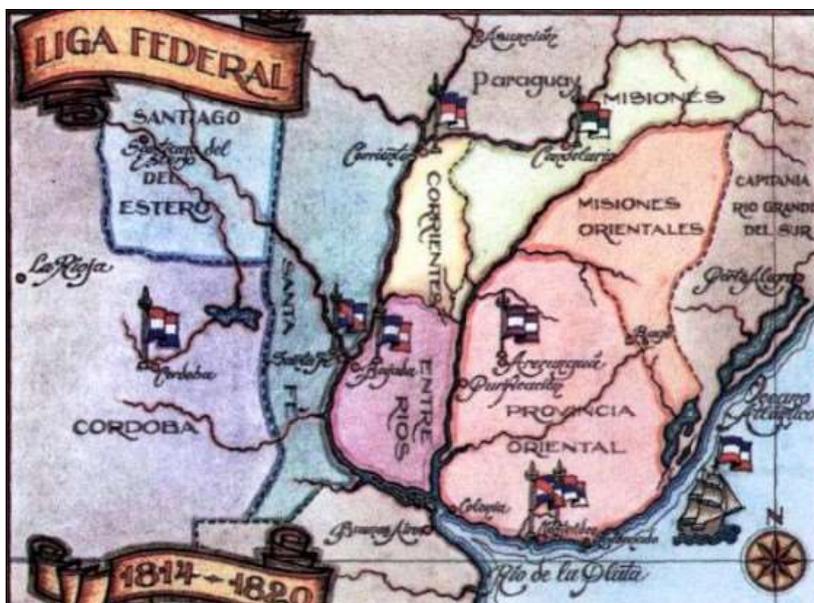


Figura 1: Liga Federal de los Pueblos Libres

Fonte: EL PAIS, 2012.

Após a destruição das missões, a distribuição de sesmarias e *suertes de tierra* e o cercamento dos campos, restava agora uma disputa entre os estancieiros pelos limites das estâncias e por áreas de influência.

No atual Uruguai, os estancieiros do sul preocupavam-se com as ameaças vindas do norte, da fronteira, sobretudo com as ideias federalistas e a reforma agrária promovida por um certo caudilho, José Gervásio Artigas, que havia adotado um filho entre os Guarani Andrés ou Andresito Artigas como ficou conhecido.

No século XVIII, tanto os *tierratenientes* espanhóis do norte, quanto os portugueses, haviam conquistado grande influência, devido ao mercado brasileiro de gado nas Minas Gerais e por estarem em uma posição estratégica diante do comércio do Prata com Porto Alegre e Rio de Janeiro.

As missões<sup>1</sup> foram destruídas até o fim do século XVIII, uma destruição, sobretudo da concepção de missão pensada pelos jesuítas, estes acabaram banidos das

---

<sup>1</sup>Sobre a experiência jesuítica das missões recomenda-se a leitura de LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis 1610/1768**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. 353p.e o Trabalho de Conclusão de Curso MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **As transformações territoriais e a formação sócio-espacial da “fronteira da paz”** (Sant’ana do Livramento e Rivera).

missões após 1768, quando foram postos governantes espanhóis em seus lugares. Inicia-se o período decadente das missões.

Como consequência, os indígenas passaram a viver sob o jugo da Coroa Espanhola; a Guerra Guaranítica fracassou; e o interesse dos espanhóis nas missões era o gado missioneiro. Em troca da proteção os índios missioneiros trabalhavam a serviço dos espanhóis. Grande parte dos indígenas fugiu, visto que o ideal missioneiro havia caído por terra.

Os Missioneiros indígenas fugiam e tentavam a vida nos campos empregando-se nas estâncias, ou vivendo do contrabando e dos saques. Não havia mais espaço para os jesuítas e suas experiências nos pampas. Os interesses que vingavam agora diziam respeito ao aproveitamento do gado, criado pelos índios nos campos e agora saqueados em favor das duas coroas.

Os índios missioneiros ainda tentaram seus últimos suspiros no início do século XIX, viram em Artigas a esperança de manterem sua república viva, o “Protetor dos Povos Livres”, Artigas, reuniu em suas tropas muitos índios missioneiros, sob a bandeira do federalismo, que considerava além do Uruguai, as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba, a República Guarani e parte do Rio Grande do Sul de hoje como um conjunto de províncias confederadas e independentes. (Ver Figura 1)

Falar de José Gervásio Artigas não é uma tarefa fácil, visto que Segundo Abella (2005), tanto detratores, quanto alguns de seus defensores se encarregaram de falsificar a sua imagem, pensamento e ações.

Torna-se difícil retratar uma imagem de Artigas sem que se acabe recorrendo ao mito, porém, alguns fatos históricos, demonstram que Artigas foi de fato um homem singular, com ideias avançadas para o seu tempo.

No início do Século XIX, a França invade a Espanha e aprisiona o Rei espanhol, fato que enfraquece a Coroa Espanhola e permite as condições necessárias para um quadro de independência nas colônias espanholas. Assim ocorre a Revolução de Maio de 1810, em que a Argentina inicia seu processo de independência.

Montevideú, Córdoba e o Paraguai não aceitam a declaração Argentina e mantêm-se fiéis ao Conselho de Regência Espanhola que nomeará o seu Vice-Rei para as

Províncias do Prata, porém este será impedido de assumir em Buenos Aires e passará a governar desde Montevideú. (ALBORNOZ, 2000)

Artigas, que até então pertencia ao corpo de Bladengues de Sacramento, pertencente ao exército espanhol, deserda e vai lutar pela independência argentina. Sendo considerado decisivo na vitória da luta pela independência, é recompensado e assume uma patente de tenente-coronel, dinheiro e alguns homens, com isto proclama a independência de Mercedes e depois assume a luta contra os espanhóis na Província Oriental. (MAESTRI, 2011)

O Vice-Rei das Províncias do Prata pede socorro ao governo português que estava no Rio de Janeiro fugido dos franceses. D. João, o Príncipe Regente, ordena a invasão da banda oriental:

Dom João, o príncipe regente, ordenou ao capitão do Rio Grande de São Pedro, D. Diogo de Souza, a invasão da Banda Oriental pelo “autodenominado “Exército Pacificador da Banda Oriental”. Esse exército dividia-se em duas colunas, sendo que uma delas acampou em território oriental, às margens do Rio Ibirapuitã, no atual município de Sant’Ana do Livramento, recebendo a denominação de acampamento de São Diogo. Esse acampamento chegou a ser chamado de “cidadela”, sendo comandado pelo Marechal Joaquim Xavier Curado, e chegou a ser dotado de grandes armazéns, um hospital, depósito de material e mantimentos, contando com 1029 homens em armas[...] Voltando à fronteira, a tropa acampou novamente em S. Diogo, ficando marcado o limite do Rio Quaraí pelo “uti possidetis”, valendo até hoje. As primeiras sesmarias começam a ser distribuídas em 1814, a antigos oficiais do exército dito Pacificador, bem como a civis ligados à Coroa.” (ALBORNOZ, 2000:29-30)

Buenos Aires diante do bloqueio do porto pelos navios espanhóis e do movimento das tropas portuguesas, que já haviam tomado Melo, a fortaleza de Santa Tereza, Rocha e Maldonado, faz um acordo, antes mesmo das tropas de D. Diogo entrarem em combate com as tropas de Artigas. No acordo entregam a Banda Oriental do Rio Uruguai em troca do desbloqueio do porto. (MAESTRI, 2011)

Artigas, sentindo-se traído, levantou acampamento e iniciou uma retirada com suas tropas em direção ao norte, a retirada foi acompanhada da população civil que abandonava Montevideú, e acabou engrossando as fileiras das tropas artiguistas, sobretudo a população pobre. Essa retirada ficou conhecida como “*El êxodo del Pueblo Oriental*”.

Em 1813, tem início novamente os combates entre espanhóis e os independentistas. Artigas retoma o cerco à Montevideú, porém, nesse mesmo ano, rompe com Buenos Aires em função da divergência com respeito ao posicionamento dos delegados Artiguistas na Constituinte de 1813, chamada por Buenos Aires. Os

delegados Artiguistas defendiam o federalismo, com a independência da Banda Oriental e a formação de uma liga composta pelas províncias autônomas e federadas, o que era inaceitável para os portenhos, que vetaram a participação dos delegados Artiguistas e declararam Artigas um traidor. (MAESTRI, 2011)

Para Abello (2005), Artigas estava fortalecido com o apoio indígena pela adesão que havia recebido a sua ideia de ligas autônomas federadas, visto que esta seria uma proposta que contemplaria toda uma sócio-diversidade representada pelas culturas Charrúa e Guaraní que o acompanharam nas lutas, bem como pelos negros libertos ou fugidos, assim como pelos espanhóis e portugueses, que eram homens livres, mas sem posses.

Artigas adotou Andresito, um cacique e líder militar Guaraní dos indígenas que ainda restavam das missões, como filho; teve um filho com uma indígena de etnia Charrúa após ter vivido 15 anos entre eles, "*elCaciquillo Manuel*"; e sempre contou com a amizade e lealdade "*del Negro Ansina*"<sup>2</sup>, a quem comprou e libertou depois de sua captura pelos portugueses.

Para Abello (2005) a proposta federativa de Artigas não era tanto de províncias, mas de culturas em que defendia um programa que respeitava a diversidade cultural e a integração continental desde "*a soberania particular de los pueblos*", por isso proclamava, "*Yodeseo que los indios en sus pueblos se gobiernen por si.*"

Esta leitura de Abello (2005) escapa às leituras liberais ou mesmo marxistas a respeito de Artigas. Ambas viam em Artigas um libertador, um homem avançado para o seu tempo, como a expressão de um grito dos despossuídos no campo, um progressista. Porém, tais interpretações, deixam escapar essa visão da expressão multicultural de Artigas, sendo incapazes de conceber que Artigas tenha aprendido com esses povos, desde formas de organização e luta a outros princípios e práticas.

Em 1814, Artigas passou a lutar pela independência da Banda Oriental e pela organização federalista do antigo vice-reinado do Prata, após diversas vitórias, Montevideu é entregue a um comandante artiguista em 23 de maio de 1814. (MAESTRI, 2011)

---

<sup>2</sup> Negro Ansina era o apelido de Joaquim Lezina (1760-1860). Nascido na Banda Oriental tentou fugir em 1775 e foi capturado por portugueses e novamente vendido como escravo em São Paulo. Foi considerado um negro perigoso, por ser insubmisso e ter participado de tentativas de fuga e sublevação, motivo pelo qual foi novamente vendido em Misiones, território de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Ansina marchou com Artigas e o acompanhou até a sua morte no período de exílio no Paraguai. Ansina foi considerado um exemplo de valentia, um estrategista militar, poliglota que falava todas "as línguas dos humildes", músico e poeta, um dos tantos heróis de origem africana invisibilizados pela história. (ABELLA, 2005; DÍAZ, 2012)

Ao comando da Banda Oriental, Artigas passou a fortalecer a organização das províncias livres da Bacia do Prata. Assim, as províncias de Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Misiones fundaram “*La Liga Federal de los Pueblos Libres*” em 29 de junho de 1815. Artigas foi designado como “*Protector*” da liga federal e estabeleceu a sua capital em Purificación, localidade à aproximadamente a 100 km ao norte de Paysandú.

Em 15 de setembro de 1815, foi decretado por Artigas “*Reglamento Provisorio de Fomento de la Campaña y Seguridad de sus Hacendados*”, um conjunto de regras que tinha por objetivo o desenvolvimento da campanha.

As ideias federalistas e as propostas de independência, democracia liberal e república, bem como as medidas adotadas por Artigas na campanha gaúcha, entre as quais, a distribuição de terras, incomodavam aos portenhos e aos *tierratenientes* do sul e inspiravam aos despossuídos, que viam em Artigas a sua oportunidade de viver nesses pampas com dignidade e ter acesso à terra.

As terras eram distribuídas de acordo com o princípio de que “os mais infelizes seriam os mais privilegiados”. Os índios tinham, na concepção de Artigas, “o principal direito”. O sentido essencial dessa reforma agrária consistia em assentar sobre a terra os pobres do campo, convertendo em cidadão o gaúcho acostumado a vida errante da guerra, e às tarefas clandestinas e contrabando, em tempos de paz. Os governos posteriores da bacia do Prata liquidaram a sangue e fogo o Gaúcho incorporando-o à força ao trabalho de peão nas grandes fazendas, mas Artigas quis torná-lo proprietário: “os gaúchos insurretos começavam a gostar do trabalho honrado, levantavam ranchos e currais, plantavam suas primeiras semeaduras. (GALEANO, 1983:131)

Artigas associou a independência à distribuição de terras. O problema da terra era uma constante desde o governo espanhol. Por esse motivo foram apresentados diversos planos de ação para solucionar os problemas existentes na campanha: as formas de aquisição de terras, os proprietários ausentes, a produtividade das terras, o avanço português na fronteira e o assentamento de populações. Entre os planos apresentados estava o de Felix Azara, Geógrafo e oficial espanhol que havia sido designado para realizar as demarcações de limites do Tratado de Santo Idelfonso.

Artigas trabalhou juntamente com Azara na fundação de um povoado chamado São Gabriel do Batovi, na fronteira com o Brasil. Azara tinha ideias para fomentar a produção e o trabalho na região, isto certamente pode ter influenciado na elaboração do Código Agrário.

Os princípios do Código Agrário de Artigas estavam baseados no princípio de terra enquanto bem comum, exigia que os beneficiados vivessem e produzissem nelas, não era permitido vender nem arrendar as terras, a intenção era povoar.

As medidas não eram apenas de distribuição de terras, o *reglamento de tierras* vinha acompanhando de um *reglamento aduaneiro*, no qual constava a união aduaneira e a livre circulação de mercadorias entre as províncias em um complexo planejamento de integração política e econômica que envolvia uma ampla região (ver Figura 1). Entre os objetivos estavam uma substituição de importações vindas da Europa e a proteção das mercadorias produzidas localmente.

A distribuição de terras também atendia a um objetivo social, proclamando “*Que los más infelices sean los más privilegiados*”. Os beneficiários por ordem de prioridades eram: os índios, os negros, os mestiços, as viúvas pobres com filhos, somente depois os paisanos e demais seguidores de Artigas. As terras eram expropriadas dos estancieros argentinos, espanhóis e mesmo orientais inimigos.

Adotando tais medidas, o caudilho torna-se influente na região platina, a ele acorrem os negros que ansiavam por liberdade, os que não tinham mais lugar onde viver livres nos pampas, os índios, os negros e os guachos<sup>3</sup>, enfim ao exército de Artigas acorriam os pobres da pampa, a gauchada, junto aos outrora donos da terra, agora filhos bastardos da pampa: os povos originários.

Às margens do Rio Uruguai, na campanha gaúcha, Artigas comanda as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Misiones e toda a Banda Oriental. Buenos Aires decide excluir essas províncias de sua constituinte e retirar suas forças militares da Banda Oriental deixando Artigas e seus aliados isolados e a mercê do gigantesco e hostil vizinho, o Império Português.

---

<sup>3</sup> Guachos é uma das possíveis origens da palavra “gaúcho”, era usada para denominar os mestiços filhos bastardos de portugueses ou espanhóis com as índias e que quando cresciam eram rechaçados pelos pais, passando a viver na pampa.

Figura 1: Mapa Econômico da Liga Federal dos Povos Livres



Fonte: ENCICLOPEDIA DEL ESTUDIANTE, 2007.

Com isso, o caminho estava livre para que D. João pudesse realizar seu sonho de levar os limites do império que administrava até as margens do Rio da Prata. D. João mandou vir ao Prata um exército com 10.000 homens governados pelo General Carlos Frederico Lécór.

Em agosto de 1816, com dez mil homens, Lécór atacou a Banda Oriental por diversos pontos da fronteira. Em janeiro do ano seguinte, entrou em Montevideú, aplaudido pelos grandes comerciantes, enquanto Artigas e a gauchada resistiam na campanha. (ALBORNOZ, 2000:31).

Os grandes comerciantes e latifundiários do sul do Uruguai receberam o general Lecór nos braços, pois este representava a manutenção de suas posses e privilégios, uma alternativa contra as ideias e práticas de Artigas, que assombrava aos poderosos na Banda Oriental.

Artigas, perdendo a guerra e numa tentativa de gerar um fato novo, traslada a guerra para o território brasileiro, ataca as missões com o objetivo de retomá-las. Muitas das batalhas são travadas na Coxilha de Sant´Ana, Artigas, obtém um êxito inicial atacando as missões, mas depois de 4 anos resistindo na campanha é finalmente derrotado. Em 1820, fuge para o Paraguai, com seus seguidores, o autor do código agrário de 1815 o qual preconizava “terra livre, homens livres!”.

Instaura-se na Banda Oriental o domínio português e depois de 1822, brasileiro, com a criação da Província Cisplatina que terá curta duração, pois, em 1825, apoiados pela influência dos franceses e ingleses com interesses comerciais no Prata, levantam-se

novos caudilhos na banda oriental, os 33 orientales. Estes, inconformados com a administração brasileira e dos estancieiros do sul uruguaio, insurgem-se iniciando uma guerra de independência que finalmente fundará a República Oriental do Uruguai.

Sobre essa intervenção estrangeira que abriu caminho para a independência do Uruguai e ao mesmo tempo decretou o fim do sonho de Artigas, Galeano (1983) afirma:

A intervenção estrangeira acabou com tudo. A oligarquia levantou a cabeça e vingou-se. A legislação desconheceu, posteriormente, a validade das doações das terras realizadas por Artigas. Desde 1820 até fins do século foram desalojados, a sangue e fogo, os patriotas pobres que tinham sido beneficiados pela reforma agrária. Não conservariam “outra terra senão a de suas tumbas”. Derrotado, Artigas tinha marchado para o Paraguai, para morrer só ao fim de um longo exílio de austeridade e de silêncio. Os títulos de propriedade por ele expedidos não valiam nada [...] Enquanto isso, seu governo se apressava para celebrar, já restaurada a “ordem”, a primeira constituição de um Uruguai independente, desgarrado da Pátria Grande por cuja consolidação Artigas tinha, em vão, lutado. (GALEANO, 1983:131)

Seguindo a mesma linha de pensamento, Segarra (2005) afirma que Artigas não visava a criação de um Estado tampão. Para o autor, Artigas não havia lutado por isso, mas pela implantação do federalismo, a organização das províncias emancipadas da Espanha em pé de igualdade e com laços federativos, a formação da Pátria Grande.

Abella (2005) acrescenta que o sonho de Artigas contemplava a diversidade de povos que habitavam os pampas, tendo ele até mesmo reservado em seu Código Agrário áreas que deveriam ficar intocadas para que os nativos pudessem reproduzir nessas áreas a sua forma de existência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência de Artigas, traz a luz a existência de um campesinato fronteiriço, composto por indígenas, negros, mestiços, e portugueses e espanhóis sem posses, mas dispostos a conquistar seu lugar e seu pedaço de chão. Até os dias de hoje se encontram em algumas casas, guardados como relíquia valiosa, os títulos de terra distribuídos por Artigas.

A opção pelo latifúndio nos pampas foi construída a ferro e fogo, com traição e massacre dos povos indígenas, dos negros (como no caso dos lanceiros negros na revolução farroupilha, poucos anos depois), dos mestiços, dos gaúchos livres que já não podiam mais encontrar paradeiro que não estivesse cercado, dos portugueses e espanhóis empobrecidos que viviam da produção de alimentos e da pequena criação.

Compreendemos esse conjunto de expropriados da terra, e que se juntaram a Artigas na tentativa da construção da Liga Federal dos Povos Livres, que reivindicaram terras e iniciaram um processo de Reforma Agrária nos pampas, um embrião de nosso campesinato pampeano, que de tempos em tempos se levanta novamente na luta contra o latifúndio reivindicando a Terra e o direito de existir.

Atualmente observa-se no campo brasileiro um resgate dessa ideia de campesinato sociodiverso do qual também fazem partes os povos e comunidades tradicionais, os quilombolas, indígenas e todos aqueles que vivem no/do campo e tem a Terra como um bem material e imaterial para a reprodução de sua existência e não apenas uma mercadoria. Esse é o campesinato que hoje faz o enfrentamento necessário ao agronegócio no campo brasileiro, um campesinato diverso.

## REFERÊNCIAS

ABADIE, Sara. Et al. **Europa, América y Uruguay entre lossiglos XVI y XIX**. Montevideo. Ed. Monteverde, 2008.

ABELLA, Gonzalo. **Artigas: El resplandordesconocido**. *EnsayoHistorico*. Montevideo: BetunSán, 2005.

DÍAZ, Javir. **Ansina Olvidado por la historia, ni si quiera acuñaron una moneda con su nombre**. ACSUN, 2012. Disponível em: <http://acsunuruguaynegro.blogspot.com.br/2012/09/olvidado-por-la-historia-ni-si-quiera.html>

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima.  **Armour, uma aposta no pampa**. Sant'Ana do Livramento, Editora Palloti, 2000.

\_\_\_\_\_. **Frigorífico Armour: Um empreendimento internacional na fronteira meridional**. In: STROHAECKER, T. M. et al (Org.) **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, p.93-100, 1998.

EL PAÍS. **La Bandera, ni trapo, ni pretexto**. Montevideú, 2012. Disponível em: <http://viajes.elpais.com.uy/2012/07/18/la-bandera-ni-trapo-ni-pretexto/>

ENCICLOPEDIA DEL ESTUDIANTE. **Mapa Económico de la Liga Federal de los Pueblos Libres**. Tomo II, Montevideo: Ed. Santillana -Diarioel País, 2007.

FERREIRA, Hemerson. **A Guerra dos Farrapos e seus Lanceiros Negros traídos**. Diário da Liberdade. 2012. Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/brasil/antifascismo-e-antiracismo/30880-a-guerra-dos-farrapos-e-seus-lanceiros-negros-tra%C3%ADdos.html>

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis 1610/1768**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. 353 p.

MACHADO, Silvio Marcio Montenegro. **As transformações territoriais e a formação sócio-espacial da “fronteira da paz”** (Sant'ana do Livramento e Rivera). 2010. 109 f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MAUBRIGADES, Silvana. **Intentos de reforma agraria, ellatifundio como héroe o mártir. Uruguay entre 1870 e 1915.** In: PRIMEIRAS Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2000. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s7a6.pdf>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 1.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.